**COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

#### CONTEÚDO

#### [1 - Relatório da Administração](#_RELATÓRIO_DA_ADMINISTRAÇÃO)

[2 - Balanço patrimonial](#_BALANÇO_PATRIMONIAL)

[3 - Demonstração do resultado](#_DEMONSTRAÇÃO_DO_RESULTADO)

[4 - Demonstração do resultado abrangente](#_DEMONSTRAÇÃO_DO_RESULTADO_1)

[5 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido](#_DEMONSTRAÇÃO_DAS_MUTAÇÕES)

[6 - Demonstração do fluxo de caixa](#_DEMONSTRAÇÃO_DO_FLUXO)

[Notas explicativas às demonstrações contábeis](#_NOTAS_EXPLICATIVAS_ÀS)

[Diretores e contadora](#_DIRETORES_E_CONTADORA)

[Parecer do conselho de administração](#_PARECER_DO_CONSELHO)

[Parecer do conselho fiscal](#_PARECER_DO_CONSELHO_1)

[Relatório dos auditores independentes](#_Relatório_dos_Auditores)

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – Ceagesp é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Abastecimento – MAPA.

Possuímos duas unidades de negócios, a Armazenagem e a Entrepostagem, oferecendo serviços de qualidade para garantir a oferta de alimentos saudáveis ao consumidor. Ao todo são 13 entrepostos atacadistas de produtos hortícolas e 15 unidades de silos e armazéns gerais no Estado de São Paulo.

**SERVIÇOS**

* **Armazenagem**
* Estocamos produtos agropecuários, industriais e diversos em graneleiros, silos e armazéns convencionais;
* Expurgo, secagem, limpeza, transbordo, amostragem, tratamento fitossanitário e outros serviços que contribuem para a redução de perdas e elevação das condições de comercialização dos produtos;
* Serviço de Classificação Vegetal - A Ceagesp é uma instituição credenciada pelo MAPA e está habilitada a realizar o controle de qualidade de produtos vegetais, com base nos Padrões Oficiais de Classificação.

Em 2018, a rede armazenadora movimentou 459.417 mil toneladas de produtos agrícolas e industriais, representando 32,33% da capacidade estática de estocagem. Os principais produtos estocados foram: açúcar, algodão, milho, soja, sorgo e trigo.

* **Entrepostagem**
* Permitimos o uso remunerado dos nossos espaços para a comercialização de produtos por terceiros;
* Índice de Preços Ceagesp – Foi o primeiro balizador de preços de alimentos frescos no mercado. Criado em 2009, indica a variação de valores praticados no atacado de frutas, legumes, verduras, pescado e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos);
* Cotação de preços no atacado do entreposto da capital – Coletamos os dados no mercado que servem como referência para órgãos governamentais, produtores rurais, comerciantes, associações ligadas ao setor de alimentos e universidades;
* Dicas da semana – Preparamos uma lista semanal de produtos com preços em baixa, para auxiliar as pessoas a se alimentarem melhor com economia;
* Programa Escola do Sabor – Promove a aproximação das crianças com a agricultura, introduzindo frutas e hortaliças frescas com atividades lúdicas;
* Programa HortiEscolha – É um programa de apoio à tomada de decisão na gestão de frutas e hortaliças frescas com foco nos serviços de alimentação, em especial a alimentação escolar, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp em parceria com o Departamento de Agroindústria, Alimentos e Nutrição da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo - ESALQ/USP;
* Programa Manuseio Mínimo - Promovemos a capacitação dos varejistas no manuseio, armazenamento e exposição das frutas e hortaliças;
* Programa de Apoio ao Produtor na Comercialização – Promovemos que o produtor busque a diferenciação de valor do seu produto, a sua competitividade e a transparência na comercialização;
* Programa de Conformidade Legal – Capacita e apoia produtores e atacadistas na obediência às exigências da lei, com foco especial em rotulagem, rastreabilidade, melhoria do preenchimento da nota fiscal do produtor, embalagem, agrotóxico, segurança alimentar;
* Programa Brasileiro de Modernização da Horticultura Desenvolve normas de classificação e estabelece padrões de qualidade para as frutas e hortaliças frescas, ferramentas indispensáveis à adoção de métodos modernos de comercialização e de maior transparência na comercialização, à menor fragilidade comercial do produtor e o comércio justo.
* Perfil da comercialização - Levantamentos periódicos do comportamento dos agentes do mercado e do produto, para retratar a nossa realidade atual, evolução e perspectiva futura.

O volume comercializado por nossos permissionários da rede de entrepostos totalizou 3.921.754 mil toneladas de hortifrutícolas, flores e pescados, cerca de R$9,566 bilhões de transações. O entreposto da capital, maior da América Latina, movimentou aproximadamente 78,1% do volume total da rede.

Recebemos produtos originados de 1.436 municípios brasileiros, 23 estados e 24 países que abastecem feiras-livres, supermercados, sacolões, restaurantes e distribuidoras de hortifrutícolas, movimentando o comércio atacadista e varejista e barateando os custos ao consumidor.

Principais atividades:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***Atacado*** |  | ***Feira de Flores*** |
|  |  |  |
| ***Varejão*** |  | ***Pescado*** |

**Ata**

**RECEITA OPERACIONAL BRUTA**

O faturamento da Companhia em 2018 totalizou R$ 103,783 milhões, enquanto que em 2017 foi de R$ 110,298 milhões. As receitas provenientes das duas unidades de negócios estão apresentadas nos seguintes percentuais:

**REALIDADE ECONÔMICA**

A crise econômica que o Brasil atravessou em 2018 foi bastante complicada, afetando também o setor de alimentos. Além do excesso de chuvas no sul e sudeste e forte estiagem no nordeste somados à paralisação nacional dos caminhoneiros causaram uma forte instabilidade econômica, inibindo investimentos e o resultado foi a diminuição do volume ofertado em todos os setores de comercialização.

Afetou também o comércio internacional, resultando em produtos estrangeiros mais caros e consequentemente ocorrendo a queda no volume de importação, principalmente no setor de frutas, mesmo em época de grande demanda, como nas festas de final do ano.

**OBJETIVOS**

A Companhia promove a aproximação entre atacadistas, varejistas, produtores rurais e consumidores de produtos hortifrutigranjeiros, flores, pescados, produtos agrícolas e agropecuários, quando permite o uso remunerado de seus espaços por terceiros.

Oferece classificação e certificação de produtos vegetais, através de pessoal qualificado para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio, investindo em novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários e informação de mercado.

**ESTRATÉGIAS PARA CRESCIMENTO**

A Companhia visa promover o equilíbrio financeiro através de aumento de receitas e redução de custos com a otimização de recursos, implantando sistemas de informações de mercado para os clientes, aumentando a atuação dos entrepostos e armazéns gerais no mercado.

**SUSTENTABILIDADE**

**MEIO AMBIENTE** - A Ceagesp se preocupa com as questões ligadas à conservação do meio ambiente e faz sua contribuição dando uma destinação correta aos dejetos orgânicos e inorgânicos utilizados na comercialização de frutas, legumes, verduras, flores e pescados em seus entrepostos, promovendo ações de reutilização, reciclagem e reaproveitamento desses resíduos. A separação de itens para reciclagem evita que sejam descartados como lixo em aterro sanitário, como também evita que os mesmos sejam jogados no chão, o que aumentaria o volume de lixo a ser varrido e coletado, gerando economia para a Companhia.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL** – Mantivemos as parcerias com instituições públicas e privadas, através de convênios com a finalidade de melhorar o atendimento ao cidadão, funcionários, clientes e fornecedores. Principais projetos:

**Associação de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma** - Oferece lazer educativo voltado ao desenvolvimento humano, de modo a garantir as bases para uma transformação social positiva. Foram realizados atendimentos a 108 crianças de 11 meses a 4 anos; 22 adolescentes por dia, moradores de comunidades ao redor do entreposto da capital, com ações de reforço escolar, educação ambiental, oficina de culinária saudável, aulas de karatê e capoeira, aulas de teatro e acompanhamento psicológico; e 26 jovens por dia através do Polo de Estudo no qual são ministradas aulas de reforço de matemática, química, português e orientação vocacional;

**Banco Ceagesp de Alimentos** – Foi criado em 2003 com o objetivo principal de evitar o desperdício de alimentos. Foram distribuídas 902 toneladas de alimentos para 227 entidades cadastradas como creches, casas de recuperação, orfanatos, asilos e entidades assistenciais em geral e 20 bancos de alimentos parceiros. Atendemos também famílias vítimas de catástrofes naturais como enchentes, incêndios e ações de ajudas humanitárias como o caso dos refugiados de guerra e programas de redução de desperdício alimentar;

**Eco Gira Mundo** – Os principais objetivos são: promover o desenvolvimento comportamental, criar hábitos de preservação ambiental e despertar habilidades no ofício artesanal, no empreendedorismo e capacitar os jovens profissionalmente. Em parceria com o Centro Paula Souza, Sebrae e Nossa Turma qualificamos 30 jovens na área de manicure.

Nosso foco é de melhorar constantemente a prestação de serviços aos clientes e consumidores finais, oferecendo padrão de qualidade, alimentos frescos e atendimento diferenciado.

Os profissionais da Companhia sempre zelam pelo melhor serviço prestado aos clientes diretos e indiretos, em paralelo à questão social.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **(Em milhares de reais)** |  |  |  | |  |  | |  | |  | | |  | |  |  |  |  | |
|  | **Nota** |  | **31.12.2018** | |  | **31.12.2017** | |  | |  | | | **Nota** | |  | **31.12.2018** |  | **31.12.2017** | |
|  |  |  |  | |  |  | |  | |  | | |  | |  |  |  |  | |
| **ATIVO** |  |  |  | |  |  | |  | | **PASSIVO** | | |  | |  |  |  |  | |
|  |  |  |  | |  |  | |  | |  | | |  | |  |  |  |  | |
| **Ativo Circulante** |  |  |  | |  |  | |  | | **Passivo Circulante** | | |  | |  |  |  |  | |
|  |  |  |  | |  |  | |  | |  | | |  | |  |  |  |  | |
| Caixa e equivalentes de caixa | [4](#_4.__CAIXA) |  | 3.169 | |  | 5.612 | |  | | Fornecedores |  |  | |  | | 11.990 |  | | 9.848 |
| Clientes | [5](#_5.__CLIENTES) |  | 23.052 | |  | 22.404 | |  | | Férias e encargos a pagar |  | [16](#_16._FÉRIAS_E) | |  | | 8.616 |  | | 17.133 |
| Impostos a recuperar / compensar | [6](#_6._IMPOSTOS_A) |  |  | 84 |  | - |  | | Contribuições sociais a recolher | |  | [17](#_17._CONTRIBUIÇÕES_SOCIAIS) | | |  | 3.401 |  | 1.414 | |
| Estoques | [7](#_7._ESTOQUES) |  |  | 955 |  | 860 |  | | Obrigações fiscais a recolher | |  | [18](#_18._OBRIGAÇÕES_FISCAIS) | | |  | 11.343 |  | 9.882 | |
| Outros valores | [8](#_8._OUTROS_VALORES) |  |  | 265 |  | 868 |  | | Encargos a pagar | |  | [19](#_19._ENCARGOS_A) | | |  | 2.531 |  | 353 | |
| Despesas antecipadas | [9](#_9._DESPESAS_ANTECIPADAS) |  |  | 1.693 |  | 1.092 |  | | Contas a pagar | |  | [20](#_20._CONTAS_A) | | |  | 8.102 |  | 11.879 | |
| **Total do ativo circulante** |  |  |  | **29.218** |  | **30.836** |  | | Empréstimos e financiamentos | |  | [21](#_21._EMPRÉSTIMOS_A) | | |  | 4.667 |  | - | |
|  |  |  |  | |  |  | |  | | **Total do passivo circulante** | | |  | |  | **50.650** |  | **50.509** | |
|  |  |  |  | |  |  | |  | |  | | |  | |  |  |  |  | |
| **Ativo não circulante** |  |  |  | |  |  | |  | | **Passivo não circulante** | | |  | |  |  |  |  | |
| **Realizável a longo prazo** |  |  |  | |  |  | |  | | Adiantamento p/ futuro aumento | | |  | |  |  |  |  | |
| Depósitos judiciais | [10](#_10._DEPÓSITOS_JUDICIAIS) |  |  | 30.929 |  | 27.815 |  | | de capital | |  |  | | |  | 1.362 |  | 1.286 | |
| Causas judiciais trabalhistas | [11](#_11._CAUSAS_JUDICIAIS) |  |  | 13.170 |  | 11.884 |  | | Obrigações fiscais a recolher | |  | [18](#_19._OBRIGAÇÕES_FISCAIS) | | |  | 21.068 |  | 18.272 | |
| Outros valores | [12](#_12._OUTROS_VALORES) |  |  | 2.051 |  | 2.051 |  | | Provisão para contingências | |  | [22](#_21._PROVISÃO_PARA) | | |  | 26.920 |  | 27.296 | |
| **Total do realizável a longo prazo** |  |  |  | **46.150** |  | **41.750** |  | | **Total do passivo não circulante** | | |  | | |  | **49.350** |  | **46.854** | |
|  |  |  |  | |  |  | |  | |  | | |  | |  |  |  |  | |
| Investimentos | [13](#_13._INVESTIMENTOS) |  |  | 251 |  | 251 |  | | **Patrimônio líquido** | | |  | | |  |  |  |  | |
| Imobilizado | [14](#_14._IMOBILIZADO) |  |  | 203.840 |  | 209.992 |  | | Capital social | | | [23](#_23._PATRIMÔNIO_LÍQUIDO) | | |  | 137.041 |  | 137.041 | |
| Intangível | [15](#_15._INTANGÍVEL) |  | 560 | |  | 801 | |  | | Reserva legal |  |  | |  | | 3.513 |  | | 3.513 |
| **Total do ativo não circulante** |  |  | **250.801** | |  | **252.794** | |  | | Reserva estatutária | | |  | |  | 11.312 |  | 11.312 | |
|  |  |  |  | |  |  | |  | | Reserva de retenção de lucros |  | [23.2](#_23.2_–_Reserva) | |  | | 8.497 |  | | 17.015 |
|  |  |  |  | |  |  | |  | | Reserva de reavaliação |  | [23.3](#_23.2._Reserva_de) | |  | | 16.814 |  | | 17.384 |
|  |  |  |  | |  |  | |  | | Reserva especial |  | [23.4](#_23.3._Reserva_Especial) | |  | | 2.842 |  | | - |
|  |  |  |  | |  |  | |  | | **Total do patrimônio líquido** |  |  | |  | | **180.019** |  | | **186.266** |
| **TOTAL DO ATIVO** |  |  | **280.019** | |  | **283.629** | |  | | **TOTAL DO PASSIVO + PL** | | |  | |  | **280.019** |  | **283.629** | |
|  |  |  |  | |  |  | |  | |  | | |  | |  |  |  |  | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. | | | | | | | | | | | | |  | |  |  |  |  | |
|  |  |  |  | |  |  | |  | |  | | |  | |  |  |  |  | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | | | | | | | | | |
|  | | |  |  |  |  | | |  |  | |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 | | | | | | | | | | | |
| **(Em milhares de reais)** | | |  |  |  |  | | |  |  | |
|  | | | **Nota** |  |  | **31.12.2018** | | |  | **31.12.2017** | |
|  | | |  |  |  |  | | |  |  | |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | | | [24.1](#_24.1._Receita_Operacional) |  |  | **86.559** | | |  | **92.258** | |
| Custo dos serviços prestados e produtos vendidos | |  | [24.2](#_24.2._Custo_dos) |  |  | (47.261) | | |  | (48.491) | |
| **LUCRO BRUTO** | | |  |  | | |  | **39.298** |  | | **43.767** |
| **DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS** |  | |  |  |  |  | | |  |  | |
| Com vendas | | |  |  | | |  | (42) |  | | (15) |
| Gerais e administrativas | | | [24.3](#_24.3._Despesas_Gerais) |  | | |  | (39.371) |  | | (63.208) |
| Honorários da administração |  | |  |  |  | (1.099) | | |  | (1.013) | |
| Outras despesas operacionais |  | |  |  |  | (4) | | |  | - | |
| Outras receitas operacionais | | | [24.4](#_24.4_-_Outras) |  | | |  | 357 |  | | 3.324 |
| **RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS** | | |  |  | | |  | **(861)** |  | | **(17.145)** |
| Despesas financeiras | | | [24.5](#_24.5_Custos_e) |  | | |  | (10.996) |  | | (2.912) |
| Receitas financeiras | | | [24.6](#_24.6_Receitas_Financeiras) |  | | |  | 2.772 |  | | 3.328 |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | | |  |  | | |  | **(8.224)** |  | | **416** |
| **RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO** | | |  |  | | |  | **(9.085)** |  | | **(16.729)** |
| Contribuição social |  | | [30](#_30._IMPOSTO_DE) |  |  | - | | |  | (280) | |
| Imposto de renda |  | | [30](#_30._IMPOSTO_DE) |  |  | - | | |  | (471) | |
| **RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | | |  |  | | |  | **(9.085)** |  | | **(17.480)** |
| **RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO** |  | |  |  |  | **(0,26)** | | |  | **(0,51)** | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. | | |  |  | | |  |  |  | |  |
|  | | |  |  | | |  |  |  | |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 | **31.12.2018** |  | **31.12.2017** |
| **(Em milhares de reais)** |  |  |  |
| Resultado líquido do exercício | (9.085) |  | (17.480) |
| (+) Realização da reserva de reavaliação | 570 |  | 570 |
| (+) Ajustes de exercícios anteriores | - |  | 1.579 |
| Resultado líquido abrangente | (8.515) |  | (15.331) |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |  | |  | |  | |  | | |
| **(Em milhares de reais)** |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |
|  |  | | **Capital Social Subscrito** | | | | **Reserva de Reavaliação** | | | | **Reserva Legal** | | | | **Reserva de Retenção de Lucros** | | | | **Reserva Especial** | | | | **Reserva Estatutária** | | | | **Lucros ou Prejuízos Acumulados** | | | | **Total** | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Reapres.)** |  | | 137.041 | |  | | 17.954 | |  | | 3.513 | |  | | 29.564 | |  | |  | |  | | 11.312 | |  | |  | |  | | 199.384 | |
| Realização da reserva de reavaliação | | | | |  | | (570) | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | 570 | |  | |  | |
| Ajustes de exercícios anteriores | | | | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | 4.362 | |  | | 4.362 | |
| Resultado líquido do exercício | | | | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (17.480) | |  | | (17.480) | |
| Compensação de prejuízos | | | | |  | |  | |  | |  | |  | | (12.549) | |  | |  | |  | |  | |  | | 12.549 | |  | |  | |
| Reserva de retenção de lucros | | | | |  | |  | |  | |  | |  | | (12.549) | |  | |  | |  | |  | |  | | 12.549 | |  | |  | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017** | |  | | 137.041 | |  | | 17.384 | |  | | 3.513 | |  | | 17.015 | |  | |  | |  | | 11.312 | |  | |  | |  | | 186.266 |
| Realização da reserva de reavaliação | | | | |  | | (570) | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | 570 | |  | |  | |
| Resultado líquido do exercício |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (9.085) | |  | | (9.085) | |
| Transf. dividendos a pagar – Ex.2015 |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | 2.697 | |  | |  | |  | |  | |  | | 2.697 | |
| Atualização da reserva especial |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | 145 | |  | |  | |  | |  | |  | | 145 | |
| Utilização da reserva de retenção de lucros para resgate das ações privadas - Lei nº 13.303/2016 |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (3) | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (3) | |
| Compensação de prejuízos |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (8.515) | |  | |  | |  | |  | |  | | 8.515 | |  | |  | |
| Reserva de retenção de lucros |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | | (8.515) | |  | |  | |  | |  | |  | | 8.515 | |  | |  | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018** |  | | 137.041 | |  | | 16.814 | |  | | 3.513 | |  | | 8.497 | |  | | 2.842 | |  | | 11.312 | |  | |  | |  | | 180.019 | |
|  |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 | | | | |
| **(Em milhares de reais)** |  | **31.12.2018** |  | **31.12.2017** |
| **Atividades operacionais** |  |  |  |  |
| **Resultado líquido ajustado** |  |  |  |  |
| Resultado líquido do exercício |  | (9.085) |  | (17.480) |
| Depreciação e amortização |  | 6.543 |  | 6.734 |
| Resultado líquido da alienação de imobilizado |  | (7) |  | 313 |
| Provisão para contingências |  | (376) |  | 3.176 |
| Variação monetária líquida |  | 3.183 |  | 2.668 |
| **(Aumento) Redução dos ativos operacionais** |  |  |  |  |
| Contas a receber - processos trabalhistas |  | (3.114) |  | (1.983) |
| Contas a receber - clientes |  | (647) |  | (1.863) |
| Estoques |  | (95) |  | (40) |
| Impostos a recuperar |  | (83) |  | 862 |
| Despesas antecipadas |  | (602) |  | 259 |
| Outros créditos |  | (682) |  | 3.543 |
| **Aumento (Redução) dos passivos operacionais** |  |  |  |  |
| Contas correntes credores |  | (917) |  | 1.744 |
| Fornecedores |  | 2.141 |  | 2.731 |
| Impostos, encargos e contribuições a recolher |  | 4.050 |  | (1.128) |
| Obrigações fiscais a recolher |  | 1.188 |  | (6.430) |
| Contas a pagar |  | (23) |  | 351 |
| Ajustes de exercícios anteriores |  |  |  | (528) |
| Férias e encargos a pagar |  | (8.516) |  | 4.071 |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** |  | **(7.042)** |  | **(3.000)** |
| **Atividades de investimentos** |  |  |  |  |
| **Imobilizado** |  |  |  |  |
| Aquisição de imobilizado |  | (144) |  | (1.703) |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos** |  | **(144)** |  | **(1.703)** |  |
| **Atividades de financiamentos** |  |  |  |  |
| Variação monetária s/ reserva para aumento de capital |  | 76 |  | 123 |
| Empréstimos obtidos |  | 4.667 |  | - |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos** |  | **4.743** |  | **123** |
|  |  |  |  |  |
| **Diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa** |  | **(2.443)** |  | **(4.580)** |
|  |  |  |  |  |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do período** |  | **5.612** |  | **10.192** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do período** |  | **3.169** |  | **5.612** |
| **Variação de caixa e equivalentes de caixa** |  | **(2.443)** |  | **(4.580)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

**(Em milhares de reais)**

**1. OBJETO**

A Companhia é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, com sede localizada na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. É vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu estatuto.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos agropecuários, atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para finalidades diversas.

Executa, ainda, serviços complementares de promoção de novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Opera a sala de vendas públicas, na forma prevista no artigo 128 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

No dia 20 de fevereiro de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas práticas compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

**2.2. Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados. Os dados quantitativos, tais como volumes não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

**2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

**3.1. Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante** -Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

**3.2. Operações de Crédito a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Ostítulos a receber estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais, que requerem a análise periódica das carteiras de créditos. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD é considerada suficiente pela Alta Administração e atende aos critérios estabelecidos para cobrir eventuais perdas;

**3.3. Investimentos** -Estão demonstrados pelo valor de aquisição;

**3.4. Imobilizado e Intangível** - O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação. O cálculo da depreciação sobre a vida útil estimada dos bens foi implementado em 2016, com base em laudo emitido por uma empresa contratada que realizou o levantamento de todos os bens da Companhia. O ativo intangível composto por marcas e direitos de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação, devendo ser mantidas neste grupo até a sua efetiva baixa;

**3.5. Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (“Impairment”)** – A Administração considera remota que o valor recuperável dos ativos correntes seja menor do que o valor contábil;

**3.6. Obrigações e Provisões de Contingências** - As obrigações com terceiros são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicáveis, os correspondentes encargos e variações monetárias, previstas contratual ou legalmente, incorridos até a data do Balanço. As provisões de contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base em opinião do Departamento Jurídico e da Alta Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pelo Departamento Jurídico estão divulgadas na nota explicativa nº [22](#_22._PROVISÃO_PARA), enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

**3.7. Reconhecimento de Receitas** - A receita de vendas inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

**3.8. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações de passivos contingentes.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias e são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | **31.12.2018** | | **31.12.2017** | | |
| Caixa | | 33 | | 35 |
| Bancos Conta Movimento | | 910 | | 5.571 |
| Aplicações Financeiras | | 2.226 | | - |
| Numerários em Trânsito | | - | | 6 |
|  | **3.169** | | **5.612** | | |

**4.1 –** **Caixa –** Refere-se ao fundo fixo, recurso disponibilizado através de cartão de débito, utilizado para pagamento de pequenas despesas da Matriz e Unidades da rede de armazenagem e de entrepostagem.

**4.2 – Bancos Conta Movimento –** Representa as contas correntes mantidas com as instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander.

**4.3 – Aplicações Financeiras –** No mês de agosto ocorreu a entrada de recursos financeiros provenientes de empréstimo realizado junto ao Banco do Brasil e foram aplicados R$ 2 milhões em renda fixa.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 5. CLIENTES | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Contas a Receber – Armazenagem | 4.639 | 2.561 |
| Contas a Receber – Entrepostagem | 20.082 | 20.155 |
| Valores em Cobrança | 749 | 633 |
| (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (2.418) | (945) |
|  | **23.052** | **22.404** |

Os créditos a receber são decorrentes da prestação de serviços e estão registrados pelo valor histórico, deduzidos da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa.

**5.1 – Contas a Receber – Armazenagem –** Créditos de clientes da rede armazenadora, composta por 35 Unidades, sendo 18 ativas, 9 locadas, 3 inativas e 5 cedidas.

**5.2 – Contas a Receber – Entrepostagem –** São registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia. A rede de entrepostos é composta por 12 Unidades no interior, 1 na Capital, 4 Unidades frigoríficas e 1 fábrica de gelo.

#### 5.3 – Valores em Cobrança – São débitos vencidos de permissionários, autorizados e concessionários que tiveram suas permissões, autorizações ou concessões canceladas ou de clientes e depositantes da rede armazenadora. O saldo desta conta é composto por valores transferidos de contas a receber da armazenagem e entrepostagem.

**5.4 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa –** A Companhia adota como política a provisão para perdas das parcelas com vencimentos superiores a 180 dias. Na rede de entrepostos é considerado o total dos valores vencidos. Na rede armazenadora é considerado o montante do valor complementar, nos casos em que a mercadoria estocada é insuficiente para garantir o débito.

|  |  |
| --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÃO DA PCLD** | **31.12.2018** |
| Saldo em 31.12.2017 | (945) |
| (+) Provisões constituídas no período | (6.050) |
| (-) Reversões ocorridas no período | 4.577 |
| Saldo final em 31.12.2018 | **(2.418)** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 6. IMPOSTOS A RECUPERAR/COMPENSAR | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| IR Retido na Fonte | 11 | - |
| IR a Compensar | 60 | - |
| CSLL a Compensar | 13 | - |
|  | **84** | **-** |

**6.1 – IR Retido na Fonte –** Retenção em aplicações financeiras.

**6.2 – IR e CSLL a Compensar –** Correspondem às retenções obrigatórias realizadas pelo cliente Banco do Brasil, em atendimento à Lei Federal nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e pelo cliente da rede armazenadora, com posterior compensação em tributos federais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 7. ESTOQUES | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Estoques de Vendas | 70 | 7 |
| Almoxarifado | 885 | 853 |
|  | **955** | **860** |

Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição.

**7.1 – Estoques de Vendas –** O valor registrado refere-se a materiais de embalagem e resíduos e varreduras de produtos armazenados.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 8. OUTROS VALORES | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Cauções para Garantias Diversas | 17 | 17 | |
| Correntistas Devedores | - | 52 | |
| Outros Créditos | 37 | 446 | |
| Adiantamentos a Funcionários | 211 | 353 | |
|  | **265** | | **868** |

**8.1 – Cauções para Garantias Diversas –** Valor a recuperar referente garantia contratual paga à Prefeitura de São Paulo.

**8.2 – Adiantamentos a Funcionários –** São registrados os adiantamentos de férias, salários, 13º salário e custeio de viagens.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 9. DESPESAS ANTECIPADAS | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Prêmios de Seguros a Vencer | 1.693 | 1.088 | |
| Gastos Gerais Antecipados | - | 4 | |
|  | **1.693** | | **1.092** |

**9.1 – Prêmios de Seguros a Vencer –** São registrados seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e de responsabilidade civil, conforme observado na nota explicativa nº [28](#_28._SEGURO).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - LONGO PRAZO | | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Causas Diversas - Cíveis | | 445 | 475 | |
| Causas Trabalhistas - Ceagesp | | 905 | 1.629 | |
| Causas Trabalhistas - Terceiros | | 2.162 | 3.569 | |
| Causas Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo | | 27.417 | 22.141 | |
|  | **30.929** | | | **27.815** |

**10.1 – Causas Diversas – Cíveis –** São registrados valores pagos e classificados como recuperáveis pelo Departamento Jurídico.

#### 10.2 – Causas Trabalhistas – Ceagesp – Estão contabilizados valores desembolsados e considerados recuperáveis, de processos trabalhistas de responsabilidade da Ceagesp. Permanecem registrados nesta conta até que ocorra o trânsito em julgado e nos casos de condenação são transferidos para a conta de despesa mediante parecer do Departamento Jurídico. No mês de dezembro, com base no parecer emitido foi realizada a baixa de diversos processos que totalizaram R$ 938 mil.

#### 10.3 – Causas Trabalhistas – Terceiros – Nesta rubrica são contabilizados os pagamentos de ações nas quais a Ceagesp possui responsabilidade subsidiária. São processos de funcionários de empresas fornecedoras de serviços terceirizados. No mês de dezembro, mediante parecer do Departamento Jurídico, foi realizada a baixa de diversos processos no valor total de R$ 1,702 milhão.

#### 10.4 – Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo – São valores referentes às ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários da Ceagesp. O Governo do Estado de São Paulo deve realizar o reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da Ceagesp, conforme estabelecido no artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”). No decorrer do exercício de 2018 não ocorreu ressarcimento por parte do Governo do Estado de São Paulo. A variação de R$ 5,276 milhões equivale aos desembolsos ocorridos durante o ano.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 11. CAUSAS JUDICIAIS TRABALHISTAS – LONGO PRAZO | | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Ctas Rec. Governo Est. S. Paulo - Processos em Andamento | | 8.232 | 6.946 | |
| Ctas Rec. Governo Est. São Paulo - Processos Encerrados | | 4.938 | 4.938 | |
|  | **13.170** | | **11.884** |

**11.1 – Contas a Receber Governo do Estado de São Paulo – Processos em Andamento –** Contempla valores provisionados de processos trabalhistas de responsabilidade de pagamento pelo Governo do Estado de São Paulo. De acordo com parecer do Departamento Jurídico, os valores são classificados como perda contingente provável. A contrapartida do lançamento é a conta do passivo, “Provisão para Contingências Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo” demonstrada na nota explicativa nº [22](#_22._PROVISÃO_PARA).

**11.2 – Contas a Receber Governo do Estado de São Paulo – Processos Encerrados –** Registra os valores pagos de processos encerrados de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, conforme nota explicativa nº [10.4](#_10.4_–_Causas).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 12. OUTROS VALORES – LONGO PRAZO | | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Realizáveis por Venda de Imóveis | | 2.051 | 2.051 | |
| Valores em Cobrança | | 27.846 | 33.526 | |
| (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | | (27.846) | (33.526) | |
|  | **2.051** | | | **2.051** |

**12.1 – Realizáveis por Venda de Imóveis –** Estão registrados os valores a receber de Prefeituras Municipais. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e são conduzidas negociações para sua liquidação. Não há constituição de PCLD, pois o bem é garantia real para a Companhia.

**12.2 – Valores em Cobrança –** Nesta conta são registrados os valores a receber de clientes em cobrança judicial. No último trimestre de 2018 foram realizadas baixas de valores que estavam classificados em conta do passivo circulante, vide nota explicativa nº [20.4](#_20.4_–_Correntistas).

**12.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa –** A constituição das provisões foi comentada na nota explicativa nº [5.4](#_5.3_–_Valores).

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÃO DA PCLD – LONGO PRAZO** | **31.12.2018** | |
| Saldo em 31.12.2017 | (33.526) | |
| (+) Provisões constituídas no período | | (5.890) | |
| (-) Reversões ocorridas no período | 11.570 | |
| Saldo final em 31.12.2018 | | **(27.846)** | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 13. INVESTIMENTOS | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Participação Voluntária Permanente | 238 | 238 | |
| Participação Voluntária Semipermanente | 4 | 4 | |
| Participação Decorrente de Incentivos Fiscais | 9 | 9 | |
|  | **251** | | **251** |

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominativas da Cosesp, entre outras, registradas em seu Balanço pelo custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, sendo acompanhados pelo gestor Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 14. IMOBILIZADO |  | **31.12.2018** | | | **31.12.2017** |
|  | **Custo** | **Depreciação acumulada** | **Valor líquido** | **Valor líquido** |
| Terrenos | 72.193 | - | 72.193 | 72.193 |
| Edificações |  | 293.150 | (195.041) | 98.109 | 102.888 |
| Equipamentos e Instalações |  | 24.368 | (21.252) | 3.116 | 3.669 |
| Equipamentos de Informática |  | 3.614 | (3.226) | 388 | 610 |
| Veículos |  | 764 | (760) | 4 | 4 |
| Móveis e Utensílios |  | 2.038 | (1.569) | 469 | 486 |
| Benfeitorias em Bens de Terceiros | | 2.634 | (2.199) | 435 | 483 |
| Obras Elétricas |  | 15.193 | (9.760) | 5.433 | 5.890 |
| Obras Hidráulicas |  | 4.322 | (3.893) | 429 | 505 |
| Obras em Andamento |  | 21.782 | - | 21.782 | 21.782 |
| Bens Cedidos em Comodato |  | 1.482 | - | 1.482 | 1.482 |
|  |  | **441.540** | **(237.700)** | **203.840** | **209.992** |

A Companhia possui Unidades em municípios do Estado de São Paulo assim identificadas:

* 34 Unidades Armazenadoras.
* 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
* 01 Unidade de Entrepostagem na Capital.
* 04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
* 12 Unidades de Entrepostagem no Interior (Ceasas).
* 05 Terrenos.

Parte das Unidades estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal. Encontra-se em andamento o processo de regularização das pendências dos terrenos doados por órgãos públicos.

Em 1996, a Companhia reavaliou os ativos instalados em Unidades operacionais.

A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil estimada dos bens, tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO IMOBILIZADO** | | | | | **31.12.2018** | | |
| Saldo em 31.12.2017 | | | | | 209.992 | | |
| ( + ) Aquisições ocorridas no período | | | | | 156 | | |
| ( - ) Baixas de bens | | | | | (9.751) | | |
| ( - ) Depreciações no período | | | | | (6.303) | | |
| ( + ) Baixas de depreciações no período | | | | | 9.746 | | |
| Saldo final em 31.12.2018 | | | | | | **203.840** | | |
| 15. INTANGÍVEL |  | **31.12.2018** | | | | | **31.12.2017** |
|  | **Custo** | **Amortização acumulada** | **Valor líquido** | | | **Valor líquido** |
|  |  |  |  | | |  |
| Direitos de Propriedades | 4.644 | (4.084) | 560 | | | 801 |
| Marcas e Patentes | 37 | (37) | - | | | - |
|  | **4.681** | **(4.121)** | **560** | | | **801** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO INTANGÍVEL** | **31.12.2018** | |
| Saldo em 31.12.2017 | **801** | |
| (-) Amortizações no período | (241) | |
| (+) Baixa de amortizações no período | - | |
| Saldo final em 31.12.2018 | | **560** | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 16. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR | | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Férias e Gratificações | | 6.315 | 5.164 | |
| Contribuições Sociais | | 2.301 | 11.969 | |
|  | **8.616** | | **17.133** |

As obrigações referentes a direitos trabalhistas relevantes foram constituídas com base na folha de pagamento da Companhia.

No mês de dezembro de 2018, sob deliberação da Alta Administração, foram realizados os ajustes nas contas no valor total de R$ 6,099 milhões. Na conta de férias o ajuste aumentou o saldo em R$ 431 mil, enquanto que em Contribuições Sociais houve redução de R$ 6,530 milhões.

As diferenças entre o banco de dados da folha e os lançamentos provenientes de parametrização contábil iniciaram na implantação, em 2007, de um sistema integrado contratado pela Companhia.

O ajuste impactou diretamente no grupo Despesas Gerais e Administrativas da Demonstração do Resultado do Exercício.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 17. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER | | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| INSS – Empresa – Empregados | | 1.580 | 338 | |
| INSS – Autônomos e Sindicatos | | 2 | 11 | |
| FGTS – Empresa | | 517 | 460 | |
| FGTS – Autônomos e Sindicatos | | - | 10 | |
| Pasep a Recolher | | 131 | 106 | |
| Contribuições Sindicais e Assistenciais | | - | 1 | |
| Cofins a Recolher | | 607 | 488 | |
| INSS – Lei 9.711/98 e OS 203/99 | | 564 | - | |
|  | **3.401** | | | **1.414** |

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais, bem como tributárias, relativas ao Pasep e Cofins sobre o faturamento.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 18. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER | **31.12.2018** | | **31.12.2017** | |
|  | **Curto prazo** | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| Imposto de Renda – Fonte – Empregados | 1.129 | - | 916 | - |
| Imposto de Renda – Fonte – Terceiros | 1 | - | - | - |
| ISS de Terceiros | 176 | - | 44 | - |
| ISS – Empresa | 27 | - | 49 | - |
| Impostos Retidos – Lei nº 10.833/03 | 1.573 | - | 1.650 | - |
| Impostos e Taxas Municipais | - | - | 65 | - |
| ICMS a Recolher | 33 | 53 | - | - |
| Programa Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI | 6.091 | 5.983 | 5.729 | 11.297 |
| Prog. Recup. Fiscal/Pasep – Cofins – Refis | 1.255 | 5.959 | 1.314 | 6.975 |
| Taxa de Lixo | 1.058 | 9.073 | - | - |
| Provisão para Imposto de Renda | - | - | 49 | - |
| Provisão para Contribuição Social | - | - | 66 | - |
|  | **11.343** | **21.068** | **9.882** | **18.272** |

Correspondem às retenções na fonte de terceiros e outras obrigações tributárias.

#### 18.1 – ICMS a Recolher – O valor total de R$ 86 mil refere-se ao parcelamento em 36 meses realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Corresponde à condenação contida em auto de infração e imposição de multa com fundamento no artigo nº 509 do RICMS/00.

**18.2 – Programa Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI –** Refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura de São Paulo, anteriores ao exercício de 2009 e atualizados até 31 de dezembro de 2018. O débito total é da ordem de R$ 12,074 milhões, contabilizados R$ 6,091 milhões no passivo circulante e R$ 5,983 milhões em não circulante.

**18.3 – Programa de Recuperação Fiscal/Pasep – Cofins – Refis –** Equivale a débitos de Pasep e Cofins devidos à Receita Federal do Brasil - RFB e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN anteriores ao exercício de 2008. O débito total é da ordem de R$ 7,214 milhões dos quais R$ 1,255 milhão encontra-se registrado no passivo circulante e R$ 5,959 milhões em não circulante.

#### 18.4 – Taxa de Lixo – O total de R$ 10,131 milhões contabilizados no passivo circulante e não circulante é resultado da condenação judicial do processo movido pela Municipalidade de São Paulo relativa a diferenças tarifárias do contrato de serviço de deposição de lixo nos aterros sanitários. A edição do Decreto Municipal nº 40.209 em 28 de dezembro de 2000 estabeleceu que seriam beneficiários da tarifa reduzida apenas a Administração Pública direta e entidades de assistência social, categoria em que a Ceagesp não se incluía, devendo portanto, pagar a tarifa integral. A Ceagesp impetrou mandado de segurança pleiteando a manutenção da redução da tarifa e não foi concedida. Nota explicativa nº

[24.c](#_24.__RECEITAS,).

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 19. ENCARGOS A PAGAR | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Ordenados a Pagar | 7 | 117 | |
| Processos Judiciais e Trabalhistas | 2.524 | 236 | |
|  | **2.531** | | **353** |

**19.1 – Processos Judiciais e Trabalhistas –** Correspondem a parcelamentos e acordos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas em que a Ceagesp possui responsabilidade subsidiária. O aumento se deve a processos trabalhistas e a contrapartida é a conta Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo, nota explicativa nº [10.4](#_10.4_–_Causas).

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 20. CONTAS A PAGAR | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Contas a Pagar Diversos | 2.316 | 2.496 | |
| Cauções e Retenções | 164 | 175 | |
| Dividendos a Pagar | - | 2.670 | |
| Correntistas Credores | 5.622 | 6.538 | |
|  | **8.102** | | **11.879** |

**20.1 – Contas a Pagar Diversos –** Estão registrados valores de glosas de processos trabalhistas, convênios com órgão público e instituições financeiras referentes a empréstimos consignados.

**20.2 – Cauções e Retenções –** Corresponde a garantias contratuais recebidas de fornecedores.

#### 20.3 – Dividendos a Pagar – Conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2018, o saldo de dividendos obrigatórios do exercício de 2015 foi transferido para a conta de Reserva Especial. O montante transferido foi de R$ 2,697 milhões e continua sendo corrigido pela taxa Selic mensalmente, conforme determina o § 4º do artigo 1º do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998. A transferência foi deliberada nas seguintes condições: a) a Reserva Especial não poderá ser absorvida por prejuízos de exercícios subsequentes; b) deverão incidir encargos financeiros equivalentes à taxa Selic e juros moratórios; c) os acionistas não controladores que não compareceram à assembleia farão jus ao recebimento dos dividendos, conforme determina o Decreto.

#### 20.4 – Correntistas Credores – Nesta nomenclatura são lançados valores recebidos de clientes e levantamento de alvará de processo judicial no valor total de R$ 10,630 milhões. No último trimestre, o valor foi baixado e impactou diretamente na conta de PCLD, conforme nota explicativa nº [24.3.2](#_24.3.2_–_Provisões).

#### 21. EMPRÉSTIMOS A PAGAR – No mês de agosto de 2018 a Companhia captou recursos junto ao Banco do Brasil para fluxo de caixa, no valor nominal de R$ 7 milhões, com prazo de pagamento para 12 meses. O valor das prestações mensais e consecutivas foi estipulado em R$ 583 mil, com vencimento da primeira parcela para setembro de 2018 e término em agosto de 2019.

**21.1 – Garantia –** Para concessão do empréstimo foi dado como garantia o faturamento em carteira específica, devendo ser superior a 120% do valor do crédito.

**21.2 – Obrigação Especial – Garantia –** Caso a garantia reduza em nível inferior aos 120% do valor do saldo devedor da dívida, a Ceagesp fica obrigada a restabelecer o nível, em até 5 dias, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

#### 21.3 – Encargos Financeiros – Sobre o valor do empréstimo e as quantias devidas a título de acessórios, taxas e despesas incidem encargos financeiros de 215% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP. Os encargos financeiros são calculados por dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo a cada data-base, no vencimento e na liquidação da dívida, devendo ser pagos integralmente.

Coube à Ceagesp o pagamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, bem como outros tributos que venham a ser instituídos e tornados exigíveis.

**21.4 – Comissão Flat –** Além dos encargos financeiros, a Ceagesp pagou a comissão flat na data da liberação do crédito, no percentual de 1%.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| Provisão para Riscos Cíveis | 8.179 | 9.133 | |
| Provisão para Contingências Trabalhistas – Ceagesp | 7.115 | 7.760 | |
| Provisão para Contingências Trabalhistas – Terceiros | 3.140 | 3.203 | |
| Provisão Contingências Trabalhistas – Governo Estado SP | 8.231 | 6.945 | |
| Provisão para Riscos Fiscais | 255 | 255 | |
|  | **26.920** | | **27.296** |

As provisões são constituídas com base em parecer do Departamento Jurídico face as perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis e trabalhistas relevantes.

|  |  |
| --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS** | **31.12.2018** |
| Saldo em 31.12.2017 | 27.296 |
| (+) Reversão de provisões no período | (376) |
| Saldo final em 31.12.2018 | **26.920** |

A Companhia, frente a estas provisões contingenciais, possui registrado no grupo de “Causas Judiciais Trabalhistas” (nota explicativa nº [11](#_11._CAUSAS_JUDICIAIS)), o valor de R$ 8,232 milhões que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se aos processos judiciais de licença prêmio, corrida de faixa, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de ressarcimento pelo Estado conforme observado em outros itens destas notas explicativas.

A Companhia possui o valor de R$ 35,465 milhões classificado como risco possível de perdas, dos quais R$ 14,893 milhões correspondem aos processos judiciais cíveis e tributários, enquanto que R$ 20,572 milhões de processos trabalhistas, conforme parecer do Departamento Jurídico.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO |  |  |  |  | **31.12.2018** |  | **31.12.2017** |
|  | **Número de ações ordinárias** |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **%** |  | **Capital** |  | **Capital** |
| Governo Federal | 34.294.143 |  | 99,68 |  | 136.607 |  | 136.576 |
| Pessoas Jurídicas | 108.880 |  | 0,32 |  | 434 |  | 465 |
|  | **34.403.023** |  | **100,00** |  | **137.041** |  | **137.041** |

**Capital Social**

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.023 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2018.

#### Composição acionária

A composição acionária apresentada refere-se a 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, 50 ações ordinárias eram de titularidade de acionistas pessoas físicas que totalizavam menos de R$ 1 mil.

No dia 17 de maio de 2018 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o resgate das ações de titularidade de acionistas privados, previsto nos artigos nº 91 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e nº 68 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como alteração do Estatuto Social.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração autorizou, por maioria, pela conformidade de resgate das ações de acionistas privados.

Em reunião realizada em 28 de maio de 2018, o Conselho Fiscal opinou por maioria pelo resgate das ações.

As ações foram calculadas com base no valor do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral e o pagamento foi realizado aos sócios em 13 de junho de 2018, utilizando recursos provenientes de reserva de lucros.

Após resgate das ações, a Ceagesp tornou-se empresa pública, com alteração do Estatuto Social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 29 de junho de 2018.

#### 

#### 23.1. Absorção do prejuízo do exercício – De acordo com o artigo 189 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o prejuízo do exercício deverá ser obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O prejuízo do exercício de 2018 foi apurado

no valor de R$ 9,085 milhões que somado à realização da reserva de reavaliação de R$ 570 mil, resultou em diminuição do saldo da reserva de retenção de lucros no valor de R$ 8,515 milhões.

|  |  |
| --- | --- |
| Resultado líquido do período | (9.085) |
| (+) Realização da reserva de reavaliação | 570 |
| Absorção da reserva de retenção de lucros | **(8.515)** |

#### 23.2 – Reserva de Retenção de Lucros – Para o resgate das ações de acionistas privados foram utilizados recursos provenientes de lucros ou reservas de lucros. Em 31 de dezembro foi realizada a absorção do prejuízo no valor de R$ 8,515 milhões, conforme explicação na nota [23.1](#_23.1._Absorção_do).

#### 23.3 – Reserva de Reavaliação – O saldo da reserva de reavaliação no período é de R$16,814 milhões. Foram realizados R$ 570 mil até 31 de dezembro de 2018 e transferidos para a conta de lucro do exercício corrente. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada no exercício de 1986 de todos os itens das contas de terrenos, edificações e equipamentos e instalações, localizados em Unidades operacionais ativas. A Administração da Companhia decidiu reavaliar os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

#### 23.4 – Reserva Especial – Foi constituída a reserva, conforme nota explicativa nº [20.3](#_21.3_–_Dividendos), no valor de R$ 2,697 milhões que corrigidos até 31 de dezembro de 2018 alcançou o montante de R$ 2,842 milhões.

#### 24. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O resultado líquido apurado até 31 de dezembro de 2018 foi um prejuízo de R$ 9,085 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 o prejuízo era de R$ 17,480 milhões. A variação entre os períodos foi de R$ 8,395 milhões e os principais fatores que influenciaram foram:

1. Baixa da PCLD no valor de R$ R$ 10,630 milhões, decorrente de identificação de valores levantados de processo judicial e que estavam pendentes na conta Correntistas Credores no Passivo Circulante, nota explicativa nº [24.3.2](#_24.3.3_–_Provisões);
2. Baixa da provisão de férias no valor de R$ 6,099 milhões, nota explicativa nº [16](#_17._FÉRIAS_E);
3. Lançamento da atualização monetária do processo transitado em julgado da Municipalidade de São Paulo relativa a diferenças tarifárias do contrato de serviço de deposição de lixo nos aterros sanitários, condenando ao pagamento do montante de R$ 9,971 milhões, em agosto de 2018. No balanço estavam provisionados R$ 2,397 milhões e a diferença de R$ 7,574 milhões que corresponde à atualização monetária foi contabilizada, impactando negativamente no resultado, nota explicativa nº [18.4](#_18.5_–_Taxa);
4. Outro fator relevante é a receita operacional bruta que totalizou em 2018 R$103,783 milhões e em 2017 R$ 110,298 milhões, uma redução de R$ 6,515 milhões. A receita que sofreu maior variação foi: em Receitas Diversas a principal variação foi de R$2,939 milhões em virtude da contabilização dos mensalistas do estacionamento do Entreposto Terminal de São Paulo – ETSP suspensa em julho de 2018 e Permissão Remunerada de Uso, no valor de R$ 2,272 milhões;
5. Baixa de processos trabalhistas encerrados e arquivados no valor total de R$ 2,640 milhões, conforme notas explicativas nºs [10.2](#_10.2_–_Causas) e [10.3](#_10.3_–_Causas).

|  |  |
| --- | --- |
|  | |
| 24.1 Receita Operacional Líquida | | **31.12.2018** | | **31.12.2017** | |
| Serviços Prestados | | 103.672 | | 110.278 | |
| Venda de Produtos | | 111 | | 20 | |
| **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** | **103.783** | | **110.298** | |
| **DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA** |  | |  | |
| Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas | (17.224) | | (18.040) | |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | **86.559** | | **92.258** | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Serviços Prestados na Armazenagem | 28.490 | 27.047 |
| Permissão Remunerada de Uso | 57.787 | 60.059 |
| Autorização de Uso | 8.236 | 6.635 |
| Concessão Remunerada de Uso | 2.259 | 6.688 |
| Taxa Administrativa | - | 1 |
| Receitas Diversas | 5.328 | 8.542 |
| Parcelamento MLP Verduras e AMJ | 278 | - |
| Venda de Produtos | 48 | 20 |
| Reaparelhamento - Obras | 1.294 | 1.306 |
| Apropriações - Resíduos e Varreduras | 63 | - |
|  | **103.783** | **110.298** |

As receitas operacionais são decorrentes da prestação de serviços na rede de armazéns e entrepostos.

**24.1.1 – Serviços Prestados na Armazenagem –** Compreendem aos serviços de armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção e embarque e serviços complementares. Em algumas Unidades armazenadoras há cessão de espaços, gerando receitas de permissão e concessão remunerada de uso. Os principais produtos estocados nas Unidades armazenadoras são: açúcar, algodão, milho, soja, sorgo, trigo e outros.

**24.1.2 – Serviços prestados na Entrepostagem –** Contemplam as contas de receitas de permissão, autorização e concessão remunerada de uso, parcelamento do Mercado Livre do Produtor - MLP verduras e Armazém de Movimentação “J” - AMJ, reaparelhamento/obras e receitas diversas.

**24.1.3 – Receitas Diversas –** Correspondem às taxas cobradas de ambulantes, carregadores e permissionários no Entreposto Terminal de São Paulo – ETSP, tais como: emissão de crachá**,** cadastro, liberação de carrinho, retorno de atividade, pedido de transferência, autorizações de uso, atribuição, pedido de alteração cadastral, autorizações de débito, autorizações provisórias, diárias, multas operacionais e venda de reciclagem.

**24.1.4 – Venda de Produtos –** Consiste na venda de resíduos e varreduras de produtos armazenados.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 24.2 Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Pessoal e Honorários | (22.190) | (21.313) |
| Serviços de Terceiros | (9.473) | (12.423) |
| Materiais de Consumo | (3.028) | (2.378) |
| Manutenção e Reparos | (503) | 573 |
| Depreciações e Amortizações | (6.117) | (6.273) |
| Utilidades e Serviços | (2.324) | (2.737) |
| Impostos | (2.756) | (2.694) |
| Gastos Diversos | (859) | (1.246) |
| Propaganda e Publicidade | (11) | - |
|  | **(47.261)** | **(48.491)** |

#### 24.2.1 – Pessoal e Honorários – O aumento está relacionado ao reajuste de salário-base e benefícios, referente ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017 e 2018, data-base 1º de junho. A correção foi realizada com base no INPC-IBGE em 3,36% e 1,76%, respectivamente.

**24.2.2 – Serviços de Terceiros –** A redução de R$ 2,950 milhões em relação ao exercício de 2017 corresponde principalmente à variação das contas de portaria e vigilância. O motivo da redução foi o término do contrato da prestação de serviços nas Unidades do interior.

**24.2.3 – Materiais de Consumo –** A elevação de R$ 650 mil neste grupo está relacionada principalmente ao aumento na conta de energia elétrica.

**24.2.4 – Manutenção e Reparos –** Corresponde às manutenções mecânica, civil, elétrica e outras.

**24.2.5 – Utilidades e Serviços –** São contabilizados os seguros de mercadorias de terceiros, de bens próprios e riscos diversos, telefone, fretes, anúncios e publicações, correios e malotes, condução, entre outras. A variação corresponde à diminuição no valor dos seguros e ao aumento na conta de recuperação de custos diversos.

**24.2.6 – Gastos Diversos –** A redução ocorreu na conta de Viagens e Estadas, no valor de R$ 361 mil.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 24.3 Despesas Gerais e Administrativas | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Pessoal e Encargos | (29.045) | (33.501) |
| Serviços de Terceiros | (6.584) | (6.252) |
| Materiais de Consumo | (896) | (1.080) |
| Manutenção e Reparos | (42) | (162) |
| Depreciações e Amortizações | (426) | (461) |
| Utilidades e Serviços | (665) | (779) |
| Despesas Diversas | (3.599) | (1.796) |
| Legais e Judiciais | (3.666) | (1.108) |
| Provisões | 5.552 | (18.069) |
|  | **(39.371)** | **(63.208)** |

**24.3.1 – Pessoal e Encargos –** Variação conforme nota explicativa nº [24.2.1](#_24.2.1_–_Pessoal).

#### 24.3.2 – Provisões – A redução total foi de R$ 23,621 milhões. A PCLD baixou R$ 10,630 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, decorrente de identificação de valores levantados de processo judicial e que estavam pendentes na conta Correntistas Credores no Passivo Circulante. Na provisão para riscos cíveis, houve reversão de R$ 2,397 milhões referente ao processo movido pela Municipalidade de São Paulo relativo a diferenças tarifárias do contrato de serviço de deposição de lixo nos aterros sanitários, nota explicativa [18.4](#_18.4_–_Taxa). Com relação à provisão para indenizações trabalhistas, houve redução de R$ 708 mil decorrente principalmente de arquivamento de diversos processos, conforme nota explicativa nº [22](#_22._PROVISÃO_PARA).

#### 24.4 – Outras Receitas Operacionais – O valor em 31 de dezembro 2018 foi de R$ 357 mil e em 2017 de R$ 3,324 milhões e o principal motivo foi a contabilização de juros sobre capital próprio, em 2017, decorrentes de participação societária da Ceagesp em empresa estatal.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 24.5 – Custos e Despesas Financeiras | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Efeitos Inflacionários | (3.183) | (2.668) |
| Juros Financeiros e Empréstimo | (279) | - |
| Juros sobre Outros Encargos | (7.019) | (124) |
| Multas Dedutíveis e Indedutíveis | (83) | - |
| Comissões e Despesas Bancárias | (346) | (72) |
| Imposto sobre Operação Financeira | (84) | (30) |
| Outras despesas | (2) | (18) |
|  | **(10.996)** | **(2.912)** |

**24.5.1 – Efeitos Inflacionários –** São registradas as atualizações de acordos de parcelamento de PPI e Refis, bem como atualização de adiantamento para futuro aumento de capital, da reserva especial e processos judiciais.

**24.5.2 – Juros Financeiros e Empréstimo –** Referem-se aos juros dos meses de agosto a dezembro, vide nota explicativa nº [21.3](#_21.3_–_Encargos).

**24.5.3 – Juros sobre Outros Encargos –** A variação foi de R$ 6,895 milhões e o principal motivo foram os lançamentos do parcelamento de ação judicial movida pela Prefeitura de São Paulo contra a Ceagesp conforme nota explicativa nº [18.4](#_18.5_–_Taxa).

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 24.6 Receitas Financeiras | **31.12.2018** | **31.12.2017** |
| Juros Recebidos | 2.491 | 1.938 |
| Receita sobre Aplicações Financeiras | 62 | 376 |
| Multas | 99 | 482 |
| Rendimentos sobre Depósitos Judiciais | - | 256 |
| Descontos Obtidos | 120 | 276 |
|  | **2.772** | **3.328** |

**24.6.1 – Juros Recebidos –** A receita corresponde aos juros calculados sobre os boletos recebidos em atraso.

**24.6.2 – Receita sobre Aplicações Financeiras –** Foram aplicados recursos em renda fixa no Banco do Brasil.

**24.6.3 – Multas –** Receitas provenientes de encargos calculados sobre os boletos recebidos em atraso.

**24.6.4 – Rendimentos sobre Depósitos Judiciais –** Correspondem aos rendimentos da conta do Juízo Auxiliar em Execução – JAE, encerrada no mês de outubro de 2017.

**24.6.5 – Descontos Obtidos –** Receita obtida principalmente da antecipação de pagamentos de IPTU.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **25. EBITDA** | **31.12.2018** | **31.12.2017** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro | (9.085) | (16.729) |
| (-) Receita Financeira | (2.772) | (3.328) |
| (+) Despesa Financeira | 10.996 | 2.912 |
| (+) Depreciações e Amortizações | 6.543 | 6.734 |
|  | **5.682** | **(10.411)** |

O EBITDA, resultado operacional da Companhia, melhorou em relação a 2017 e o principal fator que influenciou foi a redução das provisões, conforme nota explicativa nº [24.3.2](#_24.3.3_–_Provisões).

**26. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

Apresentação das remunerações mensais em 31 de dezembro de 2018, pagas pela Companhia a seus dirigentes e funcionários. Nelas foram computadas todas as vantagens, efetivamente percebidas, respeitando ainda os limites impostos pela legislação pertinente:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2018** | **31.12.2017** | |
| **Administradores** |  | |  | |
| * Maior Remuneração | 32 | | 32 | |
| * Menor Remuneração | 3 | | 3 | |
| * Média das Remunerações | 12 | | 13 | |
|  |  | |  | |
| **Empregados** |  | |  | |
| * Maior Remuneração | 29 | | 25 | |
| * Menor Remuneração | 1 | | 1 | |
| * Média das Remunerações | 7 | | 5 | |

**27. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO - BGU**

O reconhecimento do patrimônio da Ceagesp é registrado no Balanço Geral da União – BGU, pelo valor dos investimentos da União.

#### 28. SEGURO

Em 11 de setembro de 2018, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços de seguros relativos a riscos nomeados e operacionais e responsabilidade civil geral com vigência até 11 de setembro de 2019.

A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo compulsório, facultativo e contributário com vigência até o mês de março de 2019.

**29. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS**

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (Warrant e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

#### 30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  | | | |
|  | **31.12.2018** | | |  | **31.12.2017** | | |  |
|  | **CSLL** |  | **IRPJ** |  | **CSLL** |  | **IRPJ** |  |
| **Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro** | **(9.085)** |  | **(9.085)** |  | **(17.439)** |  | **(17.439)** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **(+) Adições** | **511.683** |  | **509.114** |  | **436.430** |  | **435.085** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Despesas Indedutíveis - Operacional** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Avaliações do Imobilizado | 570 |  | 570 |  | 570 |  | 570 |  |
| Multas Indedutíveis | 57 |  | 57 |  | 11 |  | 11 |  |
| Licença Maternidade – Prorrogação | 53 |  | 53 |  | 36 |  | 36 |  |
| Contribuição Associação Classe - Indedutível | 320 |  | 320 |  | 230 |  | 230 |  |
| Brindes | 1 |  | 1 |  | 5 |  | 5 |  |
| Provisões | 508.113 |  | 508.113 |  | 432.608 |  | 432.608 |  |
| Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91, Art.3º). | 2.569 |  | - |  | 1.345 |  | - |  |
| Ajustes de Exercícios Anteriores |  |  |  |  | 1.625 |  | 1.625 |  |
| **(-) Exclusões** | **(519.287)** |  | **(519.287)** |  | **(414.540)** |  | **(414.540)** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| (-) Reversão de Provisões | (513.982) |  | (513.982) |  | (414.538) |  | (414.538) |  |
| (-) Recuperação de Gastos Indedutíveis | - |  | - |  | (2) |  | (2) |  |
| (-) Depreciação – Diferença entre contábil e fiscal | (5.305) |  | (5.305) |  |  |  |  |  |
| **Base de Cálculo** | **(16.689)** |  | **(19.258)** |  | **4.451** |  | **3.106** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Compensação da Base Negativa | - |  | - |  | (1.335) |  | (932) |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Base de Cálculo do Período** | **(16.689)** |  | **(19.258)** |  | **3.116** |  | **2.174** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Imposto | - |  | - |  | 280 |  | 278 |  |
| Adicional Federal | - |  | - |  | 0 |  | 193 |  |
| **Total** | **-** |  | **-** |  | **280** |  | **471** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Alíquota Efetiva** | **0,00%** |  | **0,00%** |  | **(1,61%)** |  | **(2,70%)** |  |

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R$ 429,178 milhões e base negativa de contribuição social de R$ 355,616 milhões. Esses não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação até o limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando os níveis históricos e projeções de lucros tributáveis, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

**31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**

**31.1 Instrumentos Financeiros –** No período compreendido entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas destas demonstrações contábeis):

a) Caixa e equivalentes de caixa

b) Contas a receber

c) Causas judiciais trabalhistas

d) Fornecedores

e) Obrigações fiscais a recolher

f) Risco de liquidez

**31.2** **Gestão de Riscos –** A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco da Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de: 31.2.1 Contas a receber de clientes; 31.2.2. Causas judiciais trabalhistas e 31.2.3. Risco de liquidez. As causas judiciais trabalhistas referem-se: a) passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº [10](#_10._DEPÓSITOS_JUDICIAIS)); b) ações de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e c) ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da Ceagesp.

**31.2.3 Risco de liquidez –** Os índices de liquidez medem a capacidade de pagamento de uma empresa. Demonstram o risco da Companhia não conseguir recursos suficientes para cumprir com as obrigações relacionadas a seus passivos financeiros. A Companhia necessita captar recursos financeiros de terceiros para realização de investimentos necessários à continuidade e ampliação da prestação de serviços de suas Unidades e capital de giro.

**31.2.3.1 Índice de liquidez corrente –** A comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,58 em 31 de dezembro de 2018 e de 0,61 em 31 de dezembro de 2017.

**31.2.3.2 Índice de liquidez geral –** Considera os direitos e obrigações de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018 apresentou índice de 0,75, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 foi de 0,75.

**31.2.3.3 Índice de liquidez seca –** Similar à liquidez corrente, a liquidez seca desconsidera o saldo de estoques da Companhia. O índice calculado em 31 de dezembro de 2018 foi de 0,56 e em 31 de dezembro de 2017 de 0,59.

A Companhia considera que a captação de recursos de terceiros pode ser viabilizada através de negociação de novos empréstimos de curto prazo junto às instituições financeiras ou alienação de imóveis da Companhia.

No mês de agosto foi realizado empréstimo conforme detalhado na nota explicativa nº [21](#_21._EMPRÉSTIMOS_A). No mesmo mês, ocorreu a contabilização dos parcelamentos relatados nas notas explicativas nºs [18.1](#_18.2_–_ICMS) e [18.4](#_18.5_–_Taxa).

A Ceagesp constituiu o Comitê de Gestão de Riscos no exercício de 2017.

**COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP**

#### DIRETORES E CONTADORA

|  |  |
| --- | --- |
| **Johnni Hunter Nogueira** |  |
| Diretor Presidente |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Luiz Concilius Gonçalves Ramos** | **Carlos de Orleans Guimarães Sobrinho** |  |  |
| Diretor Técnico e Operacional | Diretor Administrativo e Financeiro |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ivon Jacobina Eliane Mayumi Tane** |  |  |
| Gerente do Departamento Financeiro Contadora  e Contábil CRC1SP 252476/O-7 |  |  |
|  |  |  |

#### PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas pelas Notas Explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da Empresa, no decorrer do exercício. Referente ao Relatório dos Auditores Independentes, foi destacada a citação sobre o resultado que a Companhia incorreu em prejuízos de R$ 9,085 milhões (R$ 17,480 milhões em 31 de dezembro de 2017) durante o exercício de 31 de dezembro de 2018 e outros descritos nas demonstrações contábeis, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional, embora não contenham ressalva relacionada a esse assunto. Neste sentido, considerando que não foram encontrados fatos que comprometessem os atos de gestão dos Administradores, bem como o teor do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário datado de 07 de março de 2019, o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas e o Relatório da Unidade de Auditoria Interna datado de 08 de março de 2019, o Conselho de Administração manifesta-se pela regularidade das contas, que expressam adequadamente a posição econômico-financeira e patrimonial da CEAGESP em 31 de dezembro de 2018, estando em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas. São Paulo, 08 de março de 2019.

**Marcus Flávio Oliveira**

Presidente do Conselho

**Raphael Vianna de Menezes**   **Vanderlei Corrêa Fidelis**

Conselheiro Conselheiro

**Johnni Hunter Nogueira**  **Roger da Silva Pêgas**

Conselheiro Conselheiro

**Adilson da Silva**

Conselheiro

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, exercício de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos a as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Referente ao Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, destacaram a citação sobre o resultado do exercício que indicam que a Companhia incorreu em prejuízos de R$ 9,085 milhões (R$ 17,480 milhões em 31 de dezembro de 2017) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e outros assuntos descritos nas demonstrações contábeis indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional, não contém ressalva relacionada a esse assunto. Concluindo, os membros do Conselho Fiscal são de opinião que as mencionadas demonstrações expressam a situação patrimonial e a posição financeira da Companhia, observados na íntegra, os termos que dispõe o referido Parecer, assim como os Relatórios do Comitê de Auditoria Estatutário e da Auditoria Interna, datados de 07 e 08 de março de 2019, respectivamente, e manifestam-se, na forma do artigo 163 de Lei n° 6.404/76 à aprovação das referidas demonstrações, estando em condições de serem submetidas para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. São Paulo, 08 de março de 2019.

**Jair de Oliveira Marques**

Presidente do Conselho

**Edson Antonio da Costa Neres**  **Carlos Alberto Barbosa de Oliveira Filho**

Conselheiro Conselheiro

#### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Acionistas da

Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP

São Paulo – SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, (“Companhia” ou “CEAGESP”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional**

Chamamos a atenção para as demonstrações do resultado do exercício, que indicam que a Companhia incorreu em prejuízos de R$ 9.085 mil (R$ 17.480 mil em 31 de dezembro de 2017) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas demonstrações contábeis, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
* Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
* Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CEAGESP.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstancias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CEAGESP a não mais se manter em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 22 de fevereiro de 2019.

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe

Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP